

Evolução do emprego formal na Região Metropolitana de Porto Alegre no período 1999-2010

Alejandro Kuajara Arandia

Economista, Pesquisador da FEE

1 Introdução

Considerando-se o mercado de trabalho no Brasil, verifica-se que enquanto a década de 90 foi marcada pelo crescimento do desemprego e da informalidade, que atingiu parcela significativa da População Economicamente Ativa (PEA), o período 1999-2010 apresenta uma inflexão na sua dinâmica. O ritmo de geração de novas ocupações se expandiu, o contingente de trabalhadores com carteira assinada apresentou elevação expressiva, a taxa de formalização reverteu a tendência negativa e a taxa de desemprego diminuiu sistematicamente. Esse conjunto de fatores indica uma melhora significativa do mercado de trabalho nos primeiros 10 anos deste século, contrapondo-se à precarização do trabalho que marcou a década de 90¹.

O mau desempenho do mercado de trabalho na década de 90 decorreu, principalmente, das mudanças no plano econômico e do processo de reestruturação produtiva. A implementação do Plano Real que trouxe, como aspecto positivo, a estabilidade dos preços, num primeiro momento sobrevalorizou a moeda nacional, afetando diretamente grande parcela das empresas nacionais que não estavam preparadas para concorrer com o produto importado. O aumento da concorrência, na época, resultou na eliminação de grande número de empresas ou na introdução de mudanças no seu processo produtivo e de trabalho, tendo como resultado forte destruição de postos de trabalho.

De acordo com A. Moretto e J. D. Krein (2005, p. 3), ao analisar o período da década de 90,

[...] a abertura econômica trouxe para o mercado interno uma concorrência mordaz, em que as empresas buscaram manter níveis de preços e de produtividade compatíveis com aqueles

¹ Sobre a precarização do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) nos anos 90, ver Toni (2006).

do mercado internacional, em um contexto de valorização cambial e de altas taxas de juros. Fez, também, com que as empresas — tanto nacionais como transnacionais — passassem por uma reorganização produtiva, por meio da introdução de inovações tecnológicas e organizacionais.

Essa reestruturação produtiva engendrou um processo de racionalização de custos e de modernização de segmentos econômicos, com consequências deletérias para o mercado de trabalho (DEDECCA, 1998). Para Baltar (2003), a reestruturação produtiva foi inequivocamente induzida pela política econômica e pelas reformas estruturais que aconteceram, levando ao enxugamento do número dos empregados, especialmente das grandes empresas, com destaque para o setor industrial.

A desvalorização do real, ocorrida no início de 1999, associada ao abrandamento do processo de reestruturação produtiva das empresas recuperou a capacidade do setor produtivo. A partir daí observa-se uma melhoria na capacidade da economia brasileira de gerar oportunidades de emprego, constatando-se que o ritmo de crescimento da ocupação, comparativamente ao da década dos 90, melhorou significativamente no período 1999-2010, influenciado pelo contexto de bom desempenho do Produto Interno Bruto da economia.

Nesse sentido, estudo realizado por Pochmann (1999) aponta que um dos efeitos do crescimento econômico sustentado se relaciona com o aumento das ocupações organizadas em maior proporção do que as não organizadas, indicando que o ritmo de crescimento da economia, caso se sustentasse por um bom período, poderia contribuir para a reversão da trajetória de desestruturação do mercado de trabalho que se observou na década de 1990.

Assim, o panorama atual do mercado de trabalho no País, tendo como pano de fundo o movimento favorável do crescimento econômico durante os primeiros anos do novo século, permite tecer a hipótese de que uma dinâmica de crescimento positivo da economia levaria a uma trajetória de estruturação do mercado de trabalho, tendo como principal consequência o aumento das ocupações protegidas ou com carteira de trabalho assinada, ao longo desse período.

Saliente-se que desde o ano de 2002 tanto o Brasil quanto o Rio Grande do Sul (RS) cresceram economicamente a uma taxa média de pouco mais do que 3,0% ao ano. O RS experimentou dois anos de queda (2005 e 2009), enquanto que o Brasil teve apenas uma taxa negativa em 2009.

No caso do mercado de trabalho da Região Metropolitana de Porto Alegre, objeto desse estudo, pode-se observar, com base na Pesquisa de Emprego e Desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (PED-RMPA), que entre 1999 e 2010 houve uma persistente trajetória de crescimento da ocupação e de queda do contingente de desempregados, sendo que o maior responsável por esse resultado foi o aumento dos postos de

trabalho com vínculos formais, em maior proporção do que os com vínculos informais, ou do segmento não organizado.

As informações estatísticas da PED-RMPA, que serão apresentadas ao longo do trabalho, revelam que a ocupação com carteira assinada cresceu a um ritmo superior ao do incremento do produto. Houve um crescimento do emprego mesmo nos anos em que o crescimento econômico foi muito baixo, como ocorreu em 2003. Parecem ocorrer dois movimentos positivos concomitantes: um foi o crescimento da ocupação, ou seja, a ampliação do número de postos de trabalho; o outro foi o de formalização dos vínculos de trabalho. Esse movimento conjunto levou a um expressivo crescimento da ocupação com carteira assinada, tal como captado pelo levantamento da PED-RMPA.

Desse modo, uma análise do mercado de trabalho formal da RMPA no período 1999-2010 revela-se importante devido ao fato de um contingente significativo da mão de obra ter conseguido uma inserção melhor no mercado de trabalho, através de uma relação formalizada, que assegura ao trabalhador os direitos trabalhistas previstos em lei. De outra parte, com a ampliação das oportunidades de ocupação com carteira assinada que a conjuntura favorável de crescimento da economia logrou viabilizar, interessamos saber que tipo de ocupação formal o mercado de trabalho da RMPA está gerando.

O trabalho que ora se apresenta está composto de duas partes, além desta **Introdução**. Na primeira apresenta-se um panorama da evolução e dinâmica do mercado de trabalho da RMPA, utilizando-se os dados apurados pela PED-RMPA, tentando apreender com isso os efeitos positivos da política macroeconômica sobre a capacidade de geração de postos de trabalho na RMPA durante o período 1999-2010. Note-se que, quando for necessário, o contexto de expansão de oportunidades de empregos protegidos (1999-2010) será cotejado com outro, de contração na geração de empregos formais (1993-98). Também, para efeitos da análise, toma-se como referência para o estudo dos anos 2000 o ano de 1999, o que possibilita captar os efeitos da mudança da política cambial, com a desvalorização do real. A partir daí, observa-se uma melhoria na capacidade da economia brasileira de gerar oportunidades de emprego. Já a segunda parte preocupar-se-á com o tipo de ocupação que está sendo gerado, isto é, com a qualidade dos novos postos de trabalho que estão sendo criados.

2 Evolução e dinâmica do mercado de trabalho da RMPA

A evolução favorável dos indicadores do mercado de trabalho da RMPA pode ser constatada ao se examinarem as informações da Tabela 1, que mostra que o número de ocupados cresceu praticamente de maneira contínua no período entre 1999 e 2010. A exceção ficou por conta dos anos de 2002 e 2003. Mesmo assim a desaceleração que ocorreu foi tênue, podendo ser identificada como uma relativa estabilidade, pois o índice passou de 102,8% para 101,4% e para 101,0% entre os anos de 2001, 2002 e 2003 respectivamente.

O nível de ocupação apresentou um crescimento de 27,9%, com um acréscimo de 377 mil pessoas ao contingente de ocupados, que passou de 1.349 mil em 1999 para 1.726 mil em 2010.

Tabela 1

Estimativas da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos e taxas de participação e de desemprego total na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1999-2010

ANOS	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA					
	População Economicamente Ativa					
	Total		Ocupados		Desempregados	
	Números Absolutos (2)	Índices (3)	Números Absolutos (2)	Índices (3)	Números Absolutos (2)	Índices (3)
1999	1.665	96,7	1.349	93,9	316	110,5
2000	1.722	100,0	1.436	100,0	286	100,0
2001	1.734	100,7	1.476	102,8	258	90,2
2002	1.719	99,8	1.456	101,4	263	92,0
2003	1.742	101,2	1.451	101,0	291	101,7
2004	1.766	102,6	1.485	103,4	281	98,3
2005	1.777	103,2	1.519	105,8	258	90,2
2006	1.777	103,2	1.523	106,1	254	88,8
2007	1.802	104,6	1.570	109,3	232	81,1
2008	1.878	109,1	1.668	116,2	210	73,4
2009	1.888	109,6	1.678	116,9	210	73,4
2010	1.890	109,8	1.726	120,2	164	57,3

(continua)

Tabela 1

Estimativas da população total e economicamente ativa e dos inativos maiores de 10 anos e taxas de participação e de desemprego total na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1999-2010

ANOS	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA		TAXAS (%)		POPULAÇÃO TOTAL (1)
	Inativos Maiores de 10 Anos		Participação (PEA/PIA)	Desemprego Total (DES/PEA)	
	Números absolutos (2)	Índices (3)			
1999	1.190	98,9	58,3	19,0	3.422
2000	1.203	100,0	58,9	16,6	3.489
2001	1.225	101,8	58,6	14,9	3.527
2002	1.270	105,6	57,5	15,3	3.552
2003	1.266	105,2	57,9	16,7	3.575
2004	1.284	106,7	57,9	15,9	3.598
2005	1.318	109,6	57,4	14,5	3.621
2006	1.352	112,4	56,8	14,3	3.643
2007	1.365	113,5	56,9	12,9	3.663
2008	1.321	109,8	58,7	11,2	3.682
2009	1.362	113,2	58,1	11,1	3.701
2010	1.385	115,1	57,7	8,7	3.720

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: Projeções populacionais atualizadas em set./2012.

(1) Estimativas em 1.000 pessoas. (2) Base: média de 2000 = 100.

No que diz respeito à taxa de desemprego verifica-se um descenso acentuado, passando de 19,0% em 1999 para 8,7% em 2010, o que correspondeu à menor taxa atingida desde o começo da Pesquisa, em 1993. O crescimento no contingente de ocupados (377 mil) em número superior aos novos ingressantes da PEA (225 mil) contribuiu sobremaneira para a queda extraordinária da taxa de desemprego no período.

A *performance* positiva do nível ocupacional entre 1999 e 2010 deveu-se principalmente ao desempenho do emprego assalariado, especialmente o emprego assalariado do setor privado. Na Tabela 2, observa-se que, do total de ocupações geradas no período 93,4% referem-se a empregos assalariados tanto no setor privado quanto no público. Do total do emprego assalariado, 85,3% correspondem ao setor privado e, dentro desse segmento, 91,7% correspondem aos com registros formais e apenas 8,3% aos sem registros formais. Ademais, no período supracitado chama atenção o decréscimo do contingente de trabalhadores domésticos e a relativa estabilidade dos autônomos, bem como o lento crescimento dos assalariados sem carteira assinada, podendo se afirmar, em função dessas evidências, que o crescimento havido nos primeiros 10 anos do novo século está tendo como

resultado uma ampliação bem maior do emprego com proteção social no mercado de trabalho da RMPA (Tabela 2).

Tabela 2

Estimativa da ocupação, por posição na ocupação, na RMPA — 1999 e 2010

POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO	1999	2010	VARIAÇÃO $\frac{2010}{1999}$	
			Absoluta	Relativa
Ocupados	1.349	1.726	377	27,9
Assalariados (1)	852	1.204	352	41,3
Assalariados do setor público (2)	162	211	49	30,2
Assalariados do setor privado	690	993	303	43,9
Com carteira assinada	571	849	278	48,7
Sem carteira assinada	119	144	25	21,0
Autônomos	255	256	1	0,4
Empregados domésticos	103	96	-7	-6,8

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: 1. Estimativas em 1.000 pessoas.

2. Estimativas atualizadas em set./2012.

(1) Excluem empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham. (2) Englobam empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, nas autarquias, etc.

Uma boa evidência dessa dinâmica em prol da formalização das ocupações são os resultados estatísticos da Tabela 3. Nela constatamos, examinando os períodos 1993-98, 1999-2007 e 2008-10, que o primeiro período se caracteriza por queda do trabalho assalariado e escassa geração de empregos formais. Em sentido contrário, verifica-se nesse período um aumento expressivo entre os autônomos, empregados domésticos e outros, ou seja, ocupações consideradas mais precárias, isto é, com predominância de relações de trabalho desprotegidas.

Já o segundo período, de 1999-2007, revela um mercado de trabalho mais organizado, mais protegido, inclusive como rebatimento do crescimento econômico verificado nesse intervalo, especialmente a partir de 1999, quando ocorreu a desvalorização do real associada ao arrefecimento da reestruturação produtiva das empresas, o que permitiu que as mesmas iniciassem um processo de recuperação da sua capacidade de produção.

Esse quadro favorável na absorção de trabalhadores fez com que se pudesse captar, através do desempenho dos principais indicadores do mercado de trabalho, que houve, após o ano de 1999, uma inflexão no comportamento desse mercado, com aumento da formalização do vínculo empregatício, maior do que o observado no caso das ocupações informais, ou do segmento não organizado.

Nesse sentido, os dados da Tabela 3, considerando ainda o período 1999-2007, não deixam dúvidas: o número de ocupados, em termos de variação absoluta, foi bem superior para os assalariados com relações de

trabalho protegidas do que para os que não estavam protegidos pela lei. O contingente de empregos formais dos assalariados do setor público passou de uma queda de 23 mil no período 1993-98 para a expressiva cifra de 31 mil empregos entre 1999 e 2007. No segmento dos assalariados do setor privado com carteira assinada o resultado foi ainda melhor, isso porque, enquanto no período 1993-98 o aumento foi de 2 mil, ele passou para 151 mil no período 1999-2007. Pelo ângulo da variação relativa, também a dinâmica de crescimento da formalidade apresentou um crescimento expressivo. Do total de ocupações assalariadas formais, considerando, por um lado, o setor público, passou-se de -12,1% entre 1993 e 1998 para 19,1% entre 1999 e 2007, por outro, considerando-se agora as ocupações assalariadas com carteira assinada do setor privado, passou-se de 0,3% entre 1993 e 1998 para 26,4% entre 1999 e 2007, o que representa um crescimento substancial para o emprego formalizado nesse último período.

Tabela 3

Estimativa da ocupação, por posição na ocupação, na
RMPA — 1993, 1998, 1999, 2007, 2008 e 2010

(1.000 pessoas)

DISCRIMINAÇÃO	1993	1998	1999	2007	2008	2010
	Ocupados	1.254	1.325	1.349	1.570	1.668
Assalariados (1)	852	841	852	1.065	1.128	1.204
Assalariados do setor público (2)	190	167	162	193	203	211
Assalariados do setor privado	662	674	690	871	925	993
Com carteira assinada	574	576	571	722	770	849
Sem carteira assinada	88	98	119	149	155	144
Autônomos	207	242	255	259	271	256
Empregados domésticos	76	101	103	105	102	96
Outros (3)	119	141	139	141	167	170

DISCRIMINAÇÃO	VARIACIONES					
	Absolutas			Relativas (%)		
	<u>1998</u> 1993	<u>2007</u> 1999	<u>2010</u> 2008	<u>1998</u> 1993	<u>2007</u> 1999	<u>2010</u> 2008
Ocupados	71	221	58	5,7	16,4	3,5
Assalariados (1)	-11	213	76	-1,3	25,0	6,7
Assalariados do setor público (2)	-23	31	8	-12,1	19,1	3,9
Assalariados do setor privado	12	181	68	1,8	26,2	7,4
Com carteira assinada	2	151	79	0,3	26,4	10,3
Sem carteira assinada	10	30	-11	11,4	25,2	-7,1
Autônomos	35	4	-15	16,9	1,6	-5,5
Empregados domésticos	25	2	-6	32,9	1,9	-5,9
Outros (3)	22	2	3	18,5	1,4	1,8

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Exclui empregados domésticos e incluem aqueles que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham. (2) Engloba empregados nos Governos Municipal, Estadual e Federal, nas empresas de economia mista, autarquias, etc. (3) Engloba empregadores, profissionais universitários autônomos, donos de negócio familiar, etc. de negócio familiar, etc.

Ainda através das informações estatísticas da Tabela 3, pode-se verificar que a dinâmica de crescimento do terceiro período de 2008 a 2010 não sofreu um arrefecimento em comparação com o período imediatamente anterior. Isso não obstante, como é sobejamente sabido, a partir de setembro de 2008 a crise financeira global ter se abatido sobre o Brasil e afetado o ritmo de crescimento econômico. Percebe-se, no entanto, que os valores continuam positivos, assinalando, com isso, que, mesmo com a crise econômico-financeira de 2008, essa trajetória positiva de formalização não foi interrompida.

Nesse contexto é preciso salientar que o ano de 2009 foi o pior do período 2008-10, uma vez que foi nesse ano que os impactos negativos da crise financeira, tanto no Brasil quanto no Rio Grande do Sul (RS), ficaram mais fortes. No que diz respeito ao RS, os dados do PIB gaúcho apurados pela FEE mostram que durante os primeiros 10 anos do novo século o RS passou por dois processos recessivos: em 2005 e em 2009, o primeiro motivado por fatores climáticos (estiagem) e o segundo em decorrência da crise financeira global².

De modo inverso, o ano de 2010 apresentou um desempenho econômico bastante expressivo no País. De fato, a taxa de crescimento do PIB atingiu a marca de 7,5%, o melhor resultado da história recente, em boa parte alicerçada pela demanda interna, ou seja, no consumo das famílias e na recuperação da formação bruta de capital fixo.

Em que pese a menor velocidade no crescimento da economia brasileira, o mercado de trabalho formal da RMPA não perdeu a intensidade de crescimento que vinha tendo no período anterior. Observa-se que o incremento da ocupação assalariada com carteira assinada do setor privado evoluiu de 3,9% em 2008-09 para 6,1% em 2009-10. Em sentido contrário, entre 2008 e 2010 houve perdas entre os assalariados sem carteira assinada, entre os autônomos e empregados domésticos, ou seja, as categorias ocupacionais mais desprotegidas e de inserção precária foram as que apresentaram redução com a desaceleração econômica e seus efeitos negativos sobre o mercado de trabalho.

Em termos de distribuição dos assalariados do setor privado por setor de atividade econômica, verifica-se através dos dados da Tabela 4, que o setor de serviços gerou o maior número de postos de trabalho com carteira assinada no período 1999-2010. Esse setor criou 152 mil empregos com carteira assinada, contra 65 mil do comércio, 44 mil da indústria de transformação e 15 mil da construção civil. Também no mesmo período foi o setor de serviços que mais gerou empregos sem carteira assinada, sendo

² Para o País como um todo, a deterioração macroeconômica provocada pela crise financeira global incidiu de forma negativa sobre o PIB brasileiro, que passou de 5,2% em 2008 para -0,3% em 2009, fazendo com que o País passasse por um processo recessivo pela primeira vez na década dos anos 2000.

que do total de 26 mil ocupações sem carteira assinada, 21 mil foram nesse setor e 3 mil na construção civil.

No entanto, são os números das variações relativas segundo o setor de atividade econômica que melhor dão conta das mudanças na composição setorial do emprego assalariado no setor privado. Por esse prisma de análise, verificamos que a tendência à formalização se deu com maior intensidade no setor da construção civil, com um crescimento do emprego assalariado com carteira assinada de 62,5%, seguido pelo comércio com 61,3% e pelo setor de serviços com 60,3%, sendo que na indústria de transformação o aumento foi menor (23,3%) no período 1999-2010 (Tabela 4).

Tabela 4

Estimativa do número de empregados com e sem carteira assinada, por setor de atividade econômica, na RMPA — 1999/2010

PERÍODOS E VARIÁÇÕES	COM CARTEIRA ASSINADA				
	Total (1)	Indústria de Transformação	Comércio	Serviços	Construção Civil
1999	571	189	106	252	24
2000	598	203	108	263	22
2001	630	218	113	275	23
2002	630	206	113	287	23
2003	623	200	117	282	23
2004	649	212	126	285	25
2005	700	234	135	306	23
2006	707	230	141	312	24
2007	722	227	146	323	25
2008	770	229	159	353	29
2009	800	216	170	382	32
2010	849	233	171	404	39
Δ% anual 2010/1999	48,7	23,3	61,3	60,3	62,5
PERÍODOS E VARIÁÇÕES	SEM CARTEIRA ASSINADA				
	Total (1)	Indústria de Transformação	Comércio	Serviços	Construção Civil
1999	118	24	22	62	9
2000	130	29	22	68	9
2001	148	31	28	78	10
2002	145	26	27	81	11
2003	131	24	27	70	9
2004	145	29	29	76	10
2005	136	25	28	76	7
2006	143	26	29	79	9
2007	149	30	25	85	9
2008	155	28	27	88	10
2009	141	24	24	81	11
2010	144	24	23	83	12
Δ% anual 2010/1999	22,0	0,0	4,5	33,9	33,3

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) Inclui ocupados em atividade que, pelo reduzido contingente, não permitem a desagregação setorial.

Mesmo com esse robusto crescimento das ocupações assalariadas do setor privado, ao longo do período examinado, verificamos que a intensidade do crescimento não foi uniforme nesse período. Assim, por exemplo, constatamos que a variação anual das ocupações do setor privado com carteira de trabalho assinada apresentou fortes oscilações ao longo do período 1999-2010. Entretanto, com exceção da indústria, os demais setores de atividade econômica evidenciaram crescimento contínuo na sua variação anual a partir de 2005. Já entre os assalariados sem carteira assinada, a descontinuidade do movimento também foi evidente, com o agravante do desempenho ter sido negativo em praticamente todos os setores de atividade, com exceção da construção civil, que gerou oportunidades de emprego de 2007 em diante.

Chama a atenção de imediato que, apesar dos efeitos nocivos da crise financeira mundial sobre o mercado de trabalho, que se manifestaram a partir do ano de 2008, os números não repetiram o baixo desempenho do período 1993-98. Na verdade, o que se observa é que o contingente de novas ocupações continuou significativo no período 2008-10 (Tabela 3).

Com base nessas evidências, podemos argumentar que o acréscimo de 278 mil empregos com carteira assinada no setor privado da RMPA entre 1999 e 2010 está, de alguma maneira, associado às influências positivas do bom desempenho macroeconômico do período.

3 A qualidade das ocupações nos anos 2000

A qualidade do emprego tem um forte impacto no bem-estar dos trabalhadores, o que, por si só, a torna uma questão relevante. De fato, para a maioria das pessoas empregadas, o trabalho ocupa a maior parte do seu tempo disponível, sendo elemento primordial para a satisfação de suas necessidades. Desse modo, melhorar a qualidade do emprego contribui diretamente para o bem-estar dos trabalhadores e de seus familiares, o que pode se manifestar de formas que nem sempre são passíveis de mensuração em termos monetários.

Pela análise dos dados estatísticos da PED-RMPA, constatamos que o crescimento da ocupação ao longo dos anos 2000 se deu, preponderantemente, no emprego formalizado, pois o ritmo de crescimento entre os assalariados com carteira assinada foi bem superior ao verificado entre os sem carteira assinada.

Saliente-se que o crescimento das ocupações assalariadas com carteira assinada tem consequências importantes, porque o registro na carteira de trabalho não é apenas um contrato entre trabalhador e empregador, mas implica também o registro junto ao Ministério do Trabalho e Emprego e dá acesso aos benefícios estipulados pela legislação trabalhista brasileira, co-

mo férias anuais, décimo terceiro salário, limitação de horas semanais de trabalho, indenização em caso de demissão, cobertura de seguridade social, FGTS, etc. Portanto, ao gerar ocupações formais em maior proporção do que as outras, o mercado de trabalho está melhorando a qualidade do emprego na RMPA. Outra importante relação entre o trabalho com carteira assinada e a qualidade do emprego é o acesso ao treinamento profissional — os trabalhadores com carteira têm melhores perspectivas em termos de desenvolvimento profissional e de oportunidades futuras de carreira.

Um aspecto que poderia auxiliar na demonstração da melhoria da qualidade das ocupações nos anos 2000 é a análise da dinâmica de crescimento por tamanho das empresas, com auxílio da Tabela 5. Constatamos que o comportamento do assalariamento no setor privado, no período em questão, deu-se preponderantemente a favor dos trabalhadores com carteira assinada. De acordo com os dados estatísticos da PED-RMPA, um número maior de ocupados com carteira assinada foi absorvido pelas vagas abertas nas empresas médias e grandes, com maior porte em termos de número de empregados. Destaca-se, nessas categorias, o crescimento ocupacional nas empresas de 50 a 99 empregados (48,1%), de 100 a 499 empregados (41,8%) e de 500 e mais empregados (40,7%). Em números absolutos, essas empresas contrataram 127 mil pessoas, contra 20 mil absorvidas pelas empresas com até 9 empregados, enquanto os assalariados sem carteira assinada se concentraram mais nas empresas entre 1 e 49 empregados. O fato da maior parte das ocupações com carteira assinada serem abertas nas empresas médias e grandes em termos de número de empregados sugere uma melhor estruturação e organização do mercado de trabalho, uma vez que, em tese, as empresas médias e grandes *vis-à-vis* às pequenas possuem melhores condições de oferecer empregos de qualidade e de diminuir a persistente deterioração e a inserção precária das ocupações.

Tabela 5

Estimativa de assalariados do setor privado com e sem carteira assinada, por tamanho do negócio ou empresa, na RMPA — 1999 e 2010

(1.000 pessoas)

TAMANHO DO NEGÓCIO OU EMPRESA	COM CARTEIRA ASSINADA			
	1999	2010	Variação $\frac{2010}{1999}$	
			Absoluta	Relativa (%)
De 1 a 5 empregados	57	65	8	14,0
De 6 a 9 empregados	39	51	12	30,8
De 10 a 49 empregados	111	185	74	66,7
De 50 a 99 empregados	52	77	25	48,1
De 100 a 499 empregados	98	139	41	41,8
500 e mais empregados	150	211	61	40,7
Não sabem	64	121	57	89,1

(continua)

Tabela 5

Estimativa de assalariados do setor privado com e sem carteira assinada, por tamanho do negócio ou empresa, na RMPA — 1999 e 2010

(1.000 pessoas)

TAMANHO DO NEGÓCIO OU EMPRESA	SEM CARTEIRA ASSINADA			
	1999	2010	Variação	
			Absoluta	Relativa (%)
De 1 a 5 empregados	44	43	-1	-2,3
De 6 a 9 empregados	16	17	1	6,3
De 10 a 49 empregados	26	35	9	34,6
De 50 a 99 empregados	5	6	1	20,0
De 100 a 499 empregados ...	7	8	1	14,3
500 e mais empregados	5	8	3	60,0
Não sabem	16	27	11	68,8

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: Estimativas em 1.000 pessoas.

Saliente-se que essa trajetória positiva foi afetada pela crise financeira de 2008 (Tabela 6). No que diz respeito às empresas de grande porte, entre 500 e mais empregados, a crise interrompeu a trajetória de crescimento do emprego com carteira de trabalho assinada, dado que este diminuiu 8,3% entre 2008 e 2010. Na verdade, durante a crise, especialmente nos dois primeiros anos, o impacto negativo se deu de maneira diferenciada. Por um lado, no segmento assalariado do setor privado com carteira assinada, a dinâmica de crescimento das ocupações foi positiva nas empresas que tinham entre 10 e 499 empregados, mas houve retração nas empresas com 500 e mais empregados. Por outro lado, no segmento dos assalariados sem carteira, o impacto foi negativo em empresas de praticamente todos os portes, pois desde as pequenas até as grandes eliminaram postos de trabalho.

Tabela 6

Estimativa de assalariados do setor privado com e sem carteira assinada, por tamanho do negócio ou empresa, na RMPA — 1999, 2007, 2008 e 2010

(1.000 pessoas)

TAMANHO DO NEGÓCIO OU EMPRESA	COM CARTEIRA ASSINADA							
	Anos				Variações			
	1999	2007	2008	2010	Absoluta		Relativa (%)	
					2007 1999	2010 2008	2007 1999	2010 2008
1 a 5 empregados	57	65	65	65	8	0	14,0	0,0
6 a 9 empregados	39	43	52	51	4	-1	10,3	-1,9
10 a 49 empregados	111	156	174	185	45	11	40,5	6,3
50 a 99 empregados	52	63	67	77	11	10	21,2	14,9
100 a 499 empregados	98	125	131	139	27	8	27,6	6,1
500 e mais empregados	150	213	230	211	63	-19	42,0	-8,3
Não sabem	64	95	98	121	31	23	48,4	23,5

(continua)

Tabela 6

Estimativa de assalariados do setor privado com e sem carteira assinada, por tamanho do negócio ou empresa, na RMPA — 1999, 2007, 2008 e 2010

(1.000 pessoas)

TAMANHO DO NEGÓCIO OU EMPRESA	SEM CARTEIRA ASSINADA							
	Anos				Variações			
	1999	2007	2008	2010	Absoluta		Relativa (%)	
					2007 1999	2010 2008	2007 1999	2010 2008
1 a 5 empregados	44	47	54	43	3	-11	6,8	-20,4
6 a 9 empregados	16	19	20	17	3	-3	18,8	-15,0
10 a 49 empregados	26	35	37	35	9	-2	34,6	-5,4
50 a 99 empregados	5	7	7	6	2	-1	40,0	-14,3
100 a 499 empregados	7	10	8	8	3	0	42,9	0,0
500 e mais empregados	5	12	12	8	7	-4	140,0	-33,3
Não sabem	16	27	27	27	11	0	68,8	0,0

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: Estimativa em 1.000 pessoas.

Dando continuidade à análise sobre a qualidade do emprego, outro indicador importante é a contribuição para a Previdência Social, que possibilita aferir o grau de proteção social dos trabalhadores.

Assim, ao examinar o comportamento da taxa média de crescimento anual dos ocupados por posição na ocupação, segundo condição de contribuição previdenciária, verificamos que a taxa daqueles que contribuem para a Previdência Social mais do que dobrou, considerando-se o período 1999-2010 contra o 1993-99 (Tabela 7). Nessa base comparativa, a taxa média de crescimento entre os assalariados do setor privado com carteira assinada foi muito expressiva (4,3% ao ano), enquanto no período anterior o crescimento médio era negativo (-0,1% ao ano). Entre os assalariados do setor público, estatutários e não estatutários, o movimento da taxa média de crescimento também foi significativo, especialmente entre os não estatutários, passando de um decréscimo de 7,3% ao ano entre 1993 e 1999 para um aumento de 3,5% ao ano de 1999 a 2010. De outra parte, a dinâmica de crescimento no contingente assalariado do setor privado sem carteira sofreu uma forte desaceleração: a taxa média de crescimento que atingia a marca de 7,6% ao ano entre 1993 e 1999, caiu para 3,3% ao ano entre 1999 e 2010.

A maior formalização igualmente se observa nas outras categorias ocupacionais entre os dois períodos em foco. Assim, evoluiu positivamente para os autônomos (de -0,4% para 1,6% ao ano), empregadores (de 1,5% para 4,4% ao ano), profissionais universitários autônomos (de 5,3% para 7,7% ao ano) e donos de negócio familiar de (-1,9% para 2,3% ao ano). Em sentido contrário, os empregados domésticos foram a única categoria ocupacional que apresentou uma redução na taxa média de crescimento anual,

passando da expressiva cifra de 7,3% para 0,5% ao ano nessa base comparativa (Tabela 7).

Todavia, com base na Tabela 7, podemos verificar que ainda era elevada a parcela de trabalhadores que não contribuía para a Previdência Social: em 2010 esse segmento perfazia 23,1% do total de ocupados, ou seja, um contingente expressivo de pessoas ainda permanecia excluído do sistema de proteção social na RMPA.

Vale ainda indagar se a elevação das ocupações com carteira de trabalho assinada foi acompanhada de uma melhoria salarial. Desse modo, debruçando-nos sobre a distribuição dos assalariados segundo faixas de remuneração média em salários mínimos, verificamos que, entre 1999 e 2010, variações positivas para os assalariados do setor privado, localizaram-se nas faixas de remuneração média de 1 a menos de 2 salários mínimos.

Tabela 7

Taxa de crescimento anual dos ocupados por posição na ocupação, segundo condição de contribuição previdenciária, na RMPA — 1993-99 e 1999-2010

DISCRIMINAÇÃO	CRESCIMENTO ANUAL		PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DE OCUPADOS EM 2010
	1993-99	1999-2010	
Ocupados	1,2	2,9	100,0
Contribuem para a Previdência	-0,1	3,7	76,9
Assalariados do setor privado com carteira	-0,1	4,3	49,2
Assalariados do setor privado sem carteira	7,6	3,3	1,1
Assalariados do setor público estatutários	0,5	2,3	6,5
Assalariados do setor público não estatutários	-7,3	3,5	4,4
Empregados domésticos	7,3	0,5	3,0
Autônomos	-0,4	1,6	5,0
Empregadores	1,5	4,4	4,0
Profissional universitário autônomo	5,3	7,7	1,8
Dono de negócio familiar	-1,9	2,3	1,7
Outros	(1)-	(1)-	(1)-
Não contribuem para a Previdência	5,0	0,7	23,1
Assalariados do setor privado sem carteira	4,7	2,4	7,3
Assalariados do setor público não estatutários	4,1	5,0	1,3
Empregados domésticos	3,3	-0,7	2,5
Autônomos	5,6	0,3	9,8
Empregadores	8,1	0,0	0,4
Profissional universitário autônomo	(1)-	3,8	0,5
Dono de negócio familiar	4,3	-1,6	0,8
Trabalhador familiar sem remuneração	5,3	-8,0	0,3
Outros	(1)-	(1)-	(1)-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para esta categoria.

Essa afirmação pode ser corroborada através da análise da Tabela 8, que mostra a evolução das estimativas de assalariados do setor privado com e sem carteira assinada nos anos de 1999 e 2010. No que diz respeito à evolução dos assalariados com carteira assinada, verificamos que o crescimento do contingente dos ocupados se deu exclusivamente nas faixas compreendidas entre 1 e menos de 2 salários mínimos, sendo que, do total dos novos trabalhadores com carteira, 414 mil recebiam como remuneração de 1 a menos de 2 salários mínimos. Nessa mesma base comparativa, o aumento das ocupações assalariadas sem carteira assinada se concentrou nas faixas de rendimentos inferiores a 2 salários mínimos.

Tabela 8

Estimativa de assalariados do setor privado com e sem carteira assinada, segundo faixas de remuneração média, em salários mínimos (SMs), na RMPA — 1999 e 2010

(1.000 pessoas)

FAIXAS DE REMUNERAÇÃO (SMs)	COM CARTEIRA ASSINADA			SEM CARTEIRA ASSINADA		
	2010	Variações $\frac{2010}{1999}$		2010	Variações $\frac{2010}{1999}$	
		Absoluta	Relativa (%)		Absoluta	Relativa (%)
Total	849	278	48,7	144	25	21,0
Menos de 1	15	12	400,0	31	24	342,9
De 1 a menos de 2 ...	552	414	300,0	88	38	76,0
De 2 a menos de 3 ...	151	-8	-5,0	14	-16	-53,3
De 3 a menos de 4 ...	57	-33	-36,7	(1)-	-	-
De 4 a menos de 5 ...	21	-29	-58,0	(1)-	-	-
De 5 a menos de 7 ...	24	-38	-61,3	(1)-	-	-
De 7 a menos de 10 .	19	-13	-40,6	(1)-	-	-
De 10 a menos de 15	6	-15	-71,4	(1)-	-	-
De 15 a menos de 20	(1)-	-	-	(1)-	-	-
Mais de 20	(1)-	-	-	(1)-	-	-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

NOTA: Estimativas em 1.000 pessoas.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Considerando-se estritamente a distribuição dos assalariados do setor privado com carteira assinada segundo faixas de remuneração média em salários mínimos, observa-se uma concentração maior nas faixas de menor rendimento, registrando-se uma tendência de crescimento anual apenas para a faixa compreendida de 1 a menos de 2 salários mínimos. As demais faixas de remuneração média reduziram sua participação ao longo do período 1999 a 2010 (Tabela 9).

Tabela 9

Distribuição dos assalariados do setor privado com carteira assinada, segundo faixas de remuneração média, em salários mínimos (SMs), na RMPA — 1999-2010

FAIXAS DE REMUNERAÇÃO MÉDIA (SMs)	1999	2000	2001	2002	2003	2004
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 1	(1)-	0,8	0,8	1,0	1,1	0,9
De 1 a menos de 2	24,2	27,9	33,3	34,3	38,9	40,7
De 2 a menos de 3	27,8	27,0	25,5	25,5	26,9	26,0
De 3 a menos de 4	15,7	15,1	15,3	14,1	11,9	13,3
De 4 a menos de 5	8,7	7,4	6,8	7,6	6,6	5,7
De 5 a menos de 7	10,9	10,1	8,7	8,2	7,2	6,4
De 7 a menos de 10	5,6	5,6	4,2	3,9	3,2	3,2
De 10 a menos de 15	3,7	3,4	2,9	3,1	2,5	2,2
De 15 a menos de 20	1,4	1,2	1,4	1,3	1,0	1,0
Mais de 20	1,4	1,5	1,1	1,0	0,7	(1)-

FAIXAS DE REMUNERAÇÃO MÉDIA (SMs)	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Menos de 1	0,9	1,7	1,3	1,8	2,5	1,8
De 1 a menos de 2	43,5	49,0	54,0	58,3	60,0	65,0
De 2 a menos de 3	25,2	25,9	23,7	20,2	18,0	17,7
De 3 a menos de 4	12,6	9,0	9,0	8,2	8,3	6,7
De 4 a menos de 5	5,7	5,1	3,4	4,1	4,0	2,5
De 5 a menos de 7	6,4	4,7	4,0	3,1	3,5	2,8
De 7 a menos de 10	2,6	2,2	2,3	2,5	1,9	2,2
De 10 a menos de 15	1,8	1,7	1,5	1,3	1,3	0,8
De 15 a menos de 20	0,8	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-
Mais de 20	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-	(1)-

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.

(1) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Diante dessa realidade salarial do setor privado da RMPA, aferida pelo critério de números de salários mínimos verifica-se uma tendência e, de certo modo em contraposição à evolução favorável do emprego no período em foco, constata-se que a maior parte das ocupações com carteira assinada se situou nas faixas de rendimento mais baixo, de 1 a menos de 2 salários mínimos. Esse resultado está possivelmente associado à maior ampliação do emprego assalariado nos setores do comércio, dos serviços e da construção civil, cujas remunerações são geralmente mais baixas do que na indústria de transformação. Contudo, é preciso salientar que se, por um lado, a criação de novos empregos se localizou, preferencialmente, nos setores de atividade que pagam menos do que a indústria, por outro, o poder

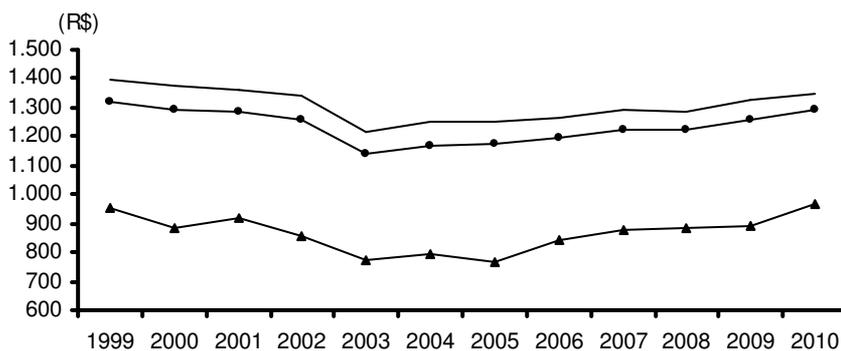
aquisitivo do salário mínimo no período pesquisado aumentou consideravelmente, cerca de 88,0% (DIEESE, 2010).

Com efeito, esse resultado poderia estar apontando para uma tendência, ao longo do período pesquisado, de redução da desigualdade salarial dos empregados que estão concentrados na base da estrutura salarial.

De um outro prisma, incluindo agora na nossa análise a dinâmica comportamental do salário médio real do setor privado no trabalho principal, constatamos que a evolução salarial dos empregados com carteira assinada entre 1999 e 2010 foi decrescente de 1999 até 2003, e a partir daí a recuperação salarial foi contínua até 2010. Todavia, não obstante a persistente elevação do salário médio real a partir de 2004, o valor em 2010 (R\$ 1.292) ainda era menor do que o salário médio real de 1999 (R\$ 1.322). Já o comportamento do salário médio real entre os assalariados sem carteira assinada, foi semelhante, mas os ganhos obtidos no período recente foram mais elevados, encerrando com um valor superior ao registrado em 1999. Em 2010, o seu valor era R\$ 964, superior ao de 1999 (R\$ 954) (Gráfico 1).

Gráfico 1

Salário médio real no setor privado, segundo registro em carteira de trabalho, na Região Metropolitana de Porto Alegre — 1999-2010



Legenda: ● Total — Com carteira assinada ▲ Sem carteira assinada

FONTE: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio MTE/FAT.
NOTA: O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores em reais de nov./2012.

Note-se, com base nessas informações, que os empregados sem carteira assinada, embora sendo uma categoria mais precarizada, lograram ganhos salariais mais elevados do que o dos trabalhadores formalizados. Esse fato acarretou uma redução do diferencial de salários entre essas duas categorias de trabalhadores, diminuindo a desigualdade de rendimentos entre os assalariados do setor privado (Gráfico 1).

De um outro ângulo de análise, a evolução do rendimento médio real do trabalho principal dos assalariados com e sem carteira de trabalho assinada, por grupos de rendimento, revelou também uma diminuição da desigualdade de rendimentos entre os assalariados do setor privado no período entre 1999 e 2010 (Tabela 10). Houve, para os assalariados com carteira, uma elevação mais expressiva dos ganhos reais no primeiro grupo (25% com menores rendimentos) e no segundo (25% seguintes) do que nos grupos com maiores rendimentos. Em termos de variação percentual, o primeiro e o segundo grupo lograram um acréscimo no rendimento médio real de 27,5% e de 7,6% respectivamente. Já o terceiro grupo e o quarto grupo (25% seguintes com maiores rendimentos) tiveram quedas de 3,5% e 6,2%, respectivamente, no decorrer do período.

Tabela 10

Rendimento médio real do trabalho principal dos assalariados do setor privado, com e sem carteira de trabalho assinada, na RMPA — 1999-2010

PERÍODOS E VARIACÃO	COM CARTEIRA ASSINADA			
	Média dos 25% com Menores Rendimentos	Média dos que Auferem Entre os 25% e os 50% Menores Rendimentos	Média dos que Auferem Entre os 25% e os 50% Maiores Rendimentos	Média dos 25% com Maiores Rendimentos
1999	495	776	1.293	3.282
2000	486	751	1.265	3.332
2001	494	745	1.229	3.217
2002	493	737	1.216	3.193
2003	462	679	1.101	2.856
2004	486	701	1.101	2.799
2005	507	718	1.116	2.797
2006	530	742	1.121	2.730
2007	558	765	1.140	2.832
2008	568	769	1.169	2.881
2009	589	792	1.195	2.943
2010	631	835	1.248	3.079
Δ% 2010/1999	27,5	7,6	-3,5	-6,2

(continua)

Tabela 10

Rendimento médio real do trabalho principal dos assalariados do setor privado, com e sem carteira de trabalho assinada, na RMPA — 1999-2010

PERÍODOS E VARIACÃO	SEM CARTEIRA ASSINADA			
	Média dos 25% com Menores Rendimentos	Média dos que Auferem Entre os 25% e os 50% Menores Rendimentos	Média dos que Auferem Entre os 25% e os 50% Maiores Rendimentos	Média dos 25% com Maiores Rendimentos
1999	424	761	1.278	3.057
2000	410	740	1.237	3.135
2001	419	742	1.198	2.978
2002	425	727	1.189	2.772
2003	399	681	1.068	2.676
2004	414	688	1.075	2.554
2005	433	698	1.069	2.569
2006	469	732	1.106	2.663
2007	480	755	1.141	2.719
2008	489	758	1.160	2.791
2009	510	781	1.155	2.899
2010	544	825	1.240	2.852
$\Delta\%$ 2010/1999	28,3	8,4	-3,0	-6,7

FONTES: PED-RMPA - Convênio FEE, FGTAS, PMPA, SEADE, DIEESE e apoio PMPA.

NOTA: 1. Exclui os assalariados que não tiveram remuneração no mês e os empregados domésticos e inclui os estatutários e os celetistas que trabalham em instituições públicas etc. e os que não sabem a que setor pertence a empresa em que trabalham.

2. O inflator utilizado foi o IPC-IEPE; valores de reais de nov./2012.

Padrão similar observou-se entre os assalariados do setor privado sem carteira de trabalho assinada, cujos ganhos reais de salário foram de 28,3% para o primeiro grupo e 8,4% para o segundo enquanto o terceiro e quarto grupo registraram perdas de 3,0% e 6,7%, respectivamente, no mesmo período.

4 Considerações finais

A análise da dinâmica do mercado de trabalho da RMPA no período 1999-2010 revelou um aumento significativo na proporção do emprego com carteira assinada na ocupação total, enquanto a proporção da ocupação sem carteira assinada ou sem proteção social diminuiu. A participação decrescente dos trabalhadores assalariados sem carteira assinada ou sem proteção social não se deve somente a mudanças na composição do emprego entre os setores econômicos, mas também a uma tendência em direção ao emprego com carteira assinada dentro desses setores.

Nesse sentido, o aumento relativo da ocupação assalariada com carteira assinada significa, em si mesmo, uma mudança na qualidade do emprego, dado que trabalhar com carteira assinada dá acesso a uma série de benefícios previstos na legislação trabalhista, seja enquanto detentor de um posto de trabalho, seja no caso de demissão. É evidente que para chegar a afirmações mais conclusivas sobre a qualidade do emprego seriam necessários outros indicadores de apoio, os quais não são tratados neste artigo, tais como estabilidade no emprego, autonomia, qualificação profissional e treinamento.

Entretanto, a participação decrescente dos trabalhadores assalariados sem carteira assinada e autônomos implica, necessariamente, uma diminuição da precarização, uma vez que o rendimento médio real dessas ocupações é mais baixo do que as rendas dos trabalhadores com carteira assinada e o contingente desses trabalhadores sem contribuição à Previdência Social é elevado. Assim, a proporção crescente de assalariados com carteira assinada na ocupação total é uma clara tendência de retomada da estruturação do mercado de trabalho na RMPA nos anos 2000.

Ademais, o maior crescimento relativo dos empregados com proteção social em comparação com o dos ocupados sem proteção social acarretou um aumento na cobertura da seguridade social, significando maior amparo legal para os trabalhadores envolvidos e maior arrecadação tributária em benefício da sociedade como um todo.

Na esteira dessa tendência à formalização do mercado de trabalho na RMPA, há outras mudanças que podem afetar a qualidade das ocupações vistas por outros ângulos, distintos do prisma da carteira assinada. Dessa sorte, ao analisar a composição das ocupações por setor de atividade, verifica-se que, além do expressivo aumento do emprego com carteira assinada, houve uma mudança do emprego favorecendo mais os serviços, o comércio e a construção civil *vis-à-vis* à indústria de transformação. De fato, foi o setor de serviços que mais gerou postos de trabalho com carteira assinada entre 1999 e 2010, seguido pelo comércio, indústria de transformação e construção civil. Essa mudança na composição setorial das ocupações estaria a indicar que os investimentos, notadamente os industriais, produziram impacto modesto na geração de postos de trabalho, e o maior volume de ocupações novas foi aberto por outros setores de atividade econômica, tendo o setor de serviços o maior destaque na geração de postos de trabalho.

Tanto o setor de serviços como o comércio e a construção civil se diferenciam da indústria de transformação por oferecer remunerações mais baixas aos trabalhadores. Talvez isso explique o fato da maior parte das ocupações com carteira assinada estarem situadas nas faixas salariais de 1 a menos de 2 salários mínimos no período de 1999 a 2010. Finalmente, no que se refere ao processo de evolução salarial, constatou-se para os

assalariados com carteira assinada uma tendência de ganhos reais de salário a partir de 2004, não obstante não terem logrado recuperar totalmente as perdas havidas no período de 1999 a 2003. Já para os assalariados sem carteira assinada, a trajetória dos salários foi semelhante, mas os ganhos obtidos no período recente foram mais elevados, encerrando com um valor superior ao registrado em 1999. Esse fato acarretou uma diminuição do diferencial de salários entre essas duas categorias de trabalhadores.

Assim, esse conjunto de fatores positivos observados na evolução do mercado de trabalho da RMPA, como a maior formalização dos vínculos de emprego, as mudanças na composição setorial do emprego, com aumento do vínculo formal em setores que apresentam elevada informalidade e a elevação do salário médio real, indica uma retomada do processo de estruturação do mercado de trabalho regional, que precisa ser continuada e aprofundada, a fim de reduzir os níveis de precariedade ainda existentes entre os trabalhadores.

Referências

ARANDIA, A.. Mercado de trabalho em recuperação, após uma trajetória adversa, na Região Metropolitana de Porto Alegre. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 38, n.2, p. 43-54, 2010.

BALTAR, P.. Estrutura econômica e emprego urbano na década de 90. In: PRONI, M.; WILNES, H. (Org.). **Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90**. São Paulo: UNESP; Campinas: Instituto de Economia/Unicamp, 2003.

CARDOSO Jr., C. J.. **De volta para o futuro?** As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições para sua sustentabilidade temporal. Brasília: IPEA, 2007. (Texto para discussão, n. 1310)

DEDECCA, C.. **Reorganização produtiva e relações de trabalho no Brasil: anos 90**. Campinas: [S.n.], 1998. Mimeografado.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E DE ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS (DIEESE). **Política de valorização do salário mínimo: considerações sobre o valor a vigorar a partir de 1º de janeiro de 2010**. São Paulo: DIEESE, 2010. (Nota Técnica, n. 86).

GUIMARÃES, N.. O que muda quando se expande o assalariamento (e em que o debate da sociologia pode nos ajudar a compreendê-lo)? **Revista Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 533-567, 2011.

MORETTO, A.; KREIN, J.. O crescimento da formalização do emprego: como explicá-la? In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO TRABALHO, 9., 2005, Recife. **Anais** Recife: ABET, 2005.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Panorama Laboral 2010** - América Latina y el Caribe. Lima: OIT, 2010.

POCHMANN, M.. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 1999.

TONI, M. de. **Para onde vai o mercado de trabalho?** A tendência à Precarização das Relações de Trabalho — um estudo da Região Metropolitana de Porto Alegre. Porto Alegre: FEE, 2006. (Teses FEE, n.8.).

WELLER, J.; ROETHLISBERGER, C.. **La calidad del empleo en América Latina**. Santiago: CEPAL, 2011.